



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezessete de maio de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Flávio de Almeida. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem, só um minuto. Já são quase sete horas, o Senhor podia consultar para dispensar o Hino Nacional? E, em cima, uma outra questão de ordem, são duas, assim que a Sua Excelência consultar, eu queria só fazer uma questão de ordem”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Nélio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e só para completar, é um minuto. Eu sei que eu estou até fora da questão de ordem porque está abrindo a reunião, mas já que a Sua Excelência já abriu a reunião é só lembrar que nós estávamos com uma reunião ali atrás hoje, com o pessoal do futebol e eu tive uma informação muito segura que o senhor Geraldo Magela destruiu, digamos assim, demoliu lá em cima no campo lá, a pedido da ex-secretária de esportes, viu? Estou só reiterando isso para as pessoas saberem disso aí”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador, questão de ordem. Vereador Nélio Aurélio, eu queria compactuar aqui da fala do senhor e a informação que tive, eu tive o cuidado de fazer uma ligação para o Geraldo Magela que é um Secretário atuante, uma pessoa muito séria e a informação que ele me deu foi o seguinte: que o pessoal começou a fazer a



construção lá e foram orientados a não fazê-lo porque, segundo ele, é uma área pública. Segundo o Geraldo Magela, é uma área pública, mas que eles ainda assim continuaram fazendo a obra. Em algum momento, a Letícia, que era Secretária de Esportes, ela solicitou do Geraldo Magela que se fizesse a demolição daquela área. Ele mandou isso para o jurídico, então, a pedido da Letícia, e aí ele deixa isso muito claro, foi feita a demolição da construção que estava sendo feita lá, que era de algumas lojas comerciais. Mas eu friso que eu ouvi da boca dele que foi a pedido da ex-secretária Letícia e não especificamente uma ação que partisse somente dele”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Ainda dentro do mesmo assunto, eu queria salientar aqui que eu ouvi do senhor Eustáquio que o prefeito, senhor Cássio Magnani, o autorizou a fazer essa obra, óbvio que de boca, que ele não tem documento, mas ele vem tratando dessa obra direto com o prefeito, portanto estava fazendo com confiança, também com a única economia que o clube tinha juntado há mais de dois anos, diante de todas essas dificuldades. Gostaria, ainda, de fazer uma colocação que me deixa muito intrigado e aproveitar e fazer uma solicitação à Mesa Diretora, dentro dessa fala minha, que solicite do Secretário de Planejamento, senhor Geraldo Magela, cópia de um mandado de segurança, certo? Ele... Como que ele derruba uma coisa sem um mandado judicial? Se o negócio ainda estava em trâmite. Segundo informações que eu tenho, e são de pessoas sérias, duvido que elas não possam ser confirmadas, eles foram apenas notificados, eles não receberam embargos das obras, eles receberam uma notificação. Eu não sou advogado, mas pelo pouco que eu entendo, você tem que ser notificado, embargado e aí, se você não respeitar, tem o mandado para ser derrubado, para ter a obra demolida. Então, há uma incompatibilidade do governo municipal com o time de futebol, o Montanhês, e há uma discrepância aí, um desacerto aí nessa



demolição. Eu queria que o senhor Secretário Geraldo Magela apresentasse aqui, a esta Casa, o mandado o qual levou à demolição do prédio e todo o processo desde a primeira notificação, porque não tem, segundo informação desse vereador, não tem... Eu usei a palavra aqui agora, já esqueceu. Existe notificação e não embargos, e sem embargos ele não poderia ter demolido a obra, pelo o que eu entendo. E aproveito o Plenário, não sei se isso é de praxe, mas eu vou quebrar o protocolo aqui, correto, doutora? Então, tem uma improcedência e se isso for comprovado, eu quero fazer um compromisso aqui com os representantes do Montanhês, que eu vou dar o sangue, se preciso for, mas ele vai ter que indenizar o time. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é só uma pergunta, eu cheguei aqui, no meio das minhas coisas tem um...”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de pedir...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “uma matéria da...”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de pedir ao senhor...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “uma matéria aqui...”. O Senhor Presidente: “que vai continuar o assunto, eu gostaria de falar primeiro do Montanhês”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “questão de ordem, Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “está no assunto do Montanhês, depois eu darei a questão de ordem para o senhor. Eu gostaria de dizer que há cerca de dois meses atrás, eu fui procurado pela comissão do transporte escolar, numa sexta-feira, que a prefeitura tinha determinado que a polícia e a guarda municipal apreendessem os carros pequenos. Chamei o vereador Flávio, formamos uma comissão, o vereador Flávio, eu, o vereador Alessandro Bonifácio e o Flávio comunicou com o Tenente Antônio, eles tiveram uma conversa e



não foi realizada a apreensão dos carros, e nós criamos a lei, está tudo regularizado. E eu acho que... Acho não, tenho certeza, que a prefeitura deveria conversar mais com os vereadores sobre certos casos que vem acontecendo na cidade. O Montanhês é um time tradicional, cinquenta e tantos anos de existência e volto a dizer que diretor de clube amador só enfia a mão no bolso, não se ganha nada. Eu sou um grande defensor do esporte, tenho mais de cinquenta anos de esporte e eu fico abismado quando a prefeitura... Uma terra que está sendo invadida para todos os lados e vão logo num clube que está tentando montar um ganhame, uma renda, porque o que a prefeitura fornece para o futebol amador é uma mixaria, quando fornece. E eu, na minha trajetória aqui na Câmara, já cansei de denunciar invasões e a prefeitura faz vista grossa. Agora, para um clube amador, vai lá e derruba os três cômodos que cerca de... Que o Montanhês gastou, tenho certeza que com promoções, quarenta mil reais, em torno de quarenta mil reais, isso não é correto. O mais absurdo disso tudo, que eu estou sendo informado aqui, que é ordem de uma ex-secretária, o maior absurdo ainda. A Câmara tem a obrigação... Diretores, atletas, presidente do Montanhês, a Câmara tem a obrigação de apurar isso. Se vocês, os vereadores, acharem conveniente, nós vamos formar uma comissão para conversar com o prefeito para ver o que houve de verdade. O presidente alega que o prefeito Cassinho autorizou. Eu sou testemunha que o Cassinho autoriza alguma coisa na parte da manhã, de tarde ele fala outra coisa, amanhã ele fala outra. Então, nós vamos ver com quem está a verdade e eu acho que a prefeitura, nessa aí, ela pisou na bola. Ela pisou na bola com o Montanhês, com a comunidade. Então, se vocês, os vereadores, acharem conveniente, nós vamos montar uma comissão de três vereadores e após a reunião vocês podem me procurar, nós vamos formar a comissão para desvendar, realmente, esse absurdo". O vereador Gilson Antônio Marques: "concede um aparte,



vereador?”. O Senhor Presidente: “concedo o aparte, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “é só para fazer um inteiro aqui, salientando ainda que ele tem em mãos o protocolo de número 933/2016, esse protocolo é de defesa da atuação, da notificação que ele recebeu e não tem prazo para findar o processo, então, não poderia ter sido desmanchado nunca, ainda que eles estivessem errados, de forma alguma”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria, também, que fosse solicitado, já que o vereador Gilson está solicitando do Secretário Geraldo Magela a documentação, não é? Do embargo, é isso que você está solicitando?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “que ele enviasse para a gente também a solicitação da ex-secretária de esporte. Ela deve ter mandado algum documento para ele, uai”. O vereador Gilson Antônio Marques: “com certeza”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “para mandar demolir. Então, a gente quer ver a data que ela mandou esse documento, porque se ela já não é mais secretária, a demolição foi agora, essa semana. Então, tem algo aí que não está batendo bem. E eu não entendi, Presidente, o Senhor falou... Estava falando de transporte, depois o Senhor falou do coisa... O Senhor misturou um pouco os assuntos ou o Senhor queria dar um outro recado?”. O Senhor Presidente: “não, eu não misturei o assunto, eu estou mostrando na minha fala aqui sobre os pequenos carros que a prefeitura...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é... Não... É porque a gente não estava discutindo isso”. O Senhor Presidente: “deixe-me completar, vereadora, a senhora me perguntou. Eu estou falando... Eu estou comparando uma coisa com outra. Não mandaram apreender somente os carros pequenos e também mandaram, semana retrasada, apreenderem as motos. Então, o Flávio... Novamente coloquei o Flávio em ação, juntamente com este vereador, e entrar



em entendimento, não apreender o pessoal que está aprendendo na escola, na autoescola de moto, simplesmente pelo fato de Nova Lima não ter a pista, eles estavam usando lá atrás do CAIC, lá no alto, a última rua. Então, nós entramos em entendimento e as motos... O pessoal das motos estão dando as aulas e dos carros também. Então, é muito fácil mandar apreender, tirar o pão de cada dia. Eu estava comparando uma coisa com outra. Quem sabe que se entrássemos em entendimento, Câmara, prefeitura, não teria derrubado os cômodos lá, que foram...". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "vereadora". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "questão de ordem, Presidente". O vereador Gilson Antônio Marques: "questão de ordem, Senhor Presidente". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "vereadora Ângela". O Senhor Presidente: "foram conseguidos com muito suor, tenho certeza". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "Senhor Presidente, só para dar uma resposta à vereadora Ângela. Vereadora, só para ser justo com a fala do Secretário Geraldo Magela, porque fui eu que liguei para ele, ele não colocou que a Secretária pediu para demolir agora não, ele contextualizou e disse que enquanto ela era Secretária, só para ser justo com a fala dele, tá, vereadora?". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "que eu acredito que seja isso mesmo. Eu acho que, conhecendo Geraldo Magela igual nós conhecemos, ele não receberia uma ordem de uma ex-secretária, não é?". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "Senhor Presidente, questão de ordem. Boa noite, senhores vereadores, boa noite, público presente, plenário. O que me dói é isso, vai lá, quer fiscalizar o Montanhês, quer... Mas não fiscaliza a Churupita, está lá aquele ginásio abandonado lá e não fiscaliza o final da avenida. Por informações, dentro da pauta, Presidente, fiquei sabendo que é obra da prefeitura, empresa que a prefeitura contratou que está fazendo aqueles aterros lá, aquele aterro lá no ginásio lá do Wilson Coutinho, e a prefeitura autorizou. E vou falar com o Senhor, não é



estacionamento não, eles falaram que está colocando aquela terra lá para depois voltar para a obra que estão fazendo lá na Chácara do Senhor Augusto. É uma pouca vergonha. É isso que o Secretário Geraldo Magela tem que fiscalizar, essas obras. Agora, um clube amador que luta com suor, que gastou os únicos centavos, vai lá e desmancha. Aí, quando eu falo aqui, 'ah, pode parar de falar do prefeito'. Isso é culpa de prefeito também. Isso é uma pouca vergonha, uma ex-secretária que está na CPI do desvio de trinta milhões, fazer uma pouca vergonha dessa com o Montanhês. Como que o Montanhês vai recuperar esse dinheiro? O Senhor está certo, Presidente, podemos sim montar uma comissão, mas você sabe que dia, Presidente, Eustáquio, que esse dinheiro vai vim para o cofre do Montanhês? Pode esquecer, nunca. Porque esses três e cinco meses de mandato de Cassinho estão aí todos os campos de futebol amador, todas as quadras abandonadas. Se não é essa empresa que carrega o minério aí para cobrir quadra de Santa Rita, de Bicalho, da Bela Fama, do Galo, Nova Lima não ia ter nenhuma quadra coberta não. Então, Senhor Presidente, tomara que essa comissão possa resolver alguma coisa. Mas você vai me desculpar, senhor Geraldo Magela, considero o senhor muito, um ótimo Secretário, certinho em suas posições, mas não pode acontecer isso não, uma ex-secretária, uma ex-secretária... Procura saber primeiro a comissão, vai atrás primeiro do time amador. Agora, ir lá e desmanchar? Vai desmanchar lá o ginásio da lá Churupita lá que está com ponto de droga, lá no Wilson Coutinho lá, aqueles aterros clandestinos lá de uma obra contratada pela prefeitura. Não pode falar, chefe. Então, Presidente, muito obrigado, mas a coisa está muito séria. Semana passada eu escuto aqui do Villa Nova que a ex-secretária quer mandar no Villa Nova. O que que é essa mulher? Ela tem que correr atrás, ela tem que procurar saber. Primeiro ela tem que dar depoimento aqui dos trinta milhões, que é sério. Obrigado,



Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só para fazer uma correção. Queria só no pedido que eu fiz ao senhor Geraldo Magela aqui, orientado aqui em Plenário, pedir a ele que mande para esta Casa todo o processo, na íntegra, administrativo e judicial, que levou à demolição do referido prédio. Pois é. Com certeza ele não deve ter, senão ele teria mandado para mandar lá, mas vamos aguardar o mais urgente possível. Muito obrigado. Vamos para frente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vamos para frente”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dez de maio de dois mil e dezesseis foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. Tem um documento que foi colocado aqui, eu gostaria de saber por quem foi colocado, no meio dos meus documentos: ‘Promotora não vê ilegalidade na dispensa de licitação...’. Eu não sei nem se é... Na verdade, isso é uma reportagem, não é? Que saiu essa semana. ‘Mas o valor do contrato está sob investigação’. E está aqui o despacho do movimento, da denúncia que está lá no Ministério Público, relacionado à TV Banqueta. Isso é o que, Senhor Presidente? O Senhor poderia me informar?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente. Houve uma denúncia do senhor Homero Leite, lá atrás, no Ministério Público, sobre a licitação da TV Banqueta. E nós temos em mãos os documentos como a licitação está perfeita, a Dra. Ivana examinou a documentação que a Presidência enviou naquela época que o senhor Homero fez a denúncia. Então, na licitação está perfeita pelo Ministério Público”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “mas isso aqui é o que? Esse papel. Escrito por quem?”. O Senhor Presidente: “eu vou chegar lá”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ah, o Senhor ainda vai falar”. O Senhor



Presidente: “isso é uma reportagem do jornal do senhor José Cleves, um jornalista muito sério, uma pessoa que... Um jornalista que não se vende. Um vereador de... Um jornalista de coragem. Então, eu vou até fazer um agradecimento sobre a reportagem da semana anterior que o Dr. José Cleves colocou sobre o elevador e sobre os quatro banheiros que serão colocados aqui para os deficientes”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixa eu voltar então, já que o Senhor mudou de assunto”. O Senhor Presidente: “deixe eu terminar, eu não terminei”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ah, tá. É que o Senhor mudou de assunto”. O Senhor Presidente: “então, obrigado, senhor José Cleves. Quero, nessa noite, agradecer o jornalista José Cleves por ter esclarecido em seu jornal, o jornal A Notícia, o caso da licitação da TV Banqueta. O jornal A Notícia divulgou o parecer do Ministério Público sobre a licitação da TV Banqueta. O Ministério Público não encontrou irregularidade no referido contrato. José Cleves, mais uma vez você mostrou que é um repórter honesto e corajoso e que não pende para nenhum dos lados. Agradeço por divulgar as coisas corretas que vêm acontecendo na Câmara. Exemplo: da construção do elevador, dos quatro banheiros para os deficientes. Cuidado, povo de Nova Lima, pessoas que combatem a TV Banqueta estão anunciando um novo lançamento de uma nova TV. Então, eu queria dizer basicamente é isso, não vou me alongar sobre esse assunto. Esse assunto foi debatido aqui diversas vezes e eu sempre disse que o caso estava no Ministério Público. E a promotora averiguou que a licitação está correta”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “agora...”. O Senhor Presidente: “eu tenho certeza absoluta, também, eu, como Presidente desta Casa, que foi tudo corretamente, com o jurídico acompanhando, com os funcionários da Câmara me auxiliando nas contratações para o elevador e os banheiros para os deficientes. Então, eu não vou tocar nesse assunto mais na Casa”. O



vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu estou com a palavra”. O Senhor Presidente: “que o assunto continua no Ministério Público. Obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, é só... Eu fiz essa pergunta por que toda vez que sai uma matéria falando bem, aí tira-se cópia e coloca aqui na minha mesa, mas sai matéria falando mal e não aparece nenhuma cópia aqui. Como saiu a matéria no O Tempo, da denúncia, eu solicitei que fosse feita uma investigação pela Casa, que tem o poder de investigar e, infelizmente, não foi aprovado. A promotora... Só deixar claro para a população que o processo relacionado à contratação da TV Banqueta ainda está, ainda está sendo analisado pela promotoria, não tem nada definido, ainda está. Tomara que, realmente, esteja tudo em ordem. De acordo com as minhas anotações e a minha assessoria, não está. Agora, tomara que, realmente, a promotoria conclua isso, mas não está concluído. Se... Quem ler a reportagem e tiver um pouquinho de discernimento, vai perceber que ainda está sob investigação. Inclusive está aqui na reportagem o despacho que a promotora fez para o setor de análise contábil de Belo Horizonte, pois ainda está sob análise. Então, inclusive, sobre todo o processo licitatório, eu vi irregularidades, acho que esta Casa deveria averiguar. Estou falando isso, só estou tocando nesse assunto, também não queria tocar nesse assunto mais, só estou tocando nesse assunto por causa dessa, dessa... Não sei, eu confio muito no José Cleves, já até comentei com ele a respeito disso. A reportagem é claro que é séria, mas toda vez que fala bem, aí tira-se cópia, parece até que é documento, isso aqui não é documento. Se valesse, pegaria a denúncia do O Tempo, que também é um jornal muito sério e a nível estadual e ter-se-ia investigado, que também foi uma denúncia que foi feita. Como o vereador Alessandro Coxinha acabou de citar a questão da CPI do desvio de mais de trinta milhões, aonde, por conta de uma denúncia de jornal foi feita uma investigação por esta Casa, esta Casa



abriu uma CPI, investigou e chegou à conclusão, e tudo partiu de uma denúncia que o jornal O Tempo soltou e que já estava no Ministério Público, exatamente como aconteceu com esta Casa, tem uma denúncia no Ministério Público e essa denúncia, esse processo ainda está sob investigação, o mais correto, a meu ver, seria a Casa mesmo investigar, que aí não precisava nem de Ministério Público, não precisava nem de ninguém, se a Casa mesmo investigasse. Mas como a Casa decidiu não investigar, então, está aqui, mas eu quero só dizer que a Promotora não bateu o martelo ainda em relação à esta questão. Só para deixar claro isso. Obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu vou responder o vereador aqui”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não perguntei nada não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só para contribuir com a Sua Excelência”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Posso falar?”. O Senhor Presidente: “pode falar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “deixa eu explicar à Sua Excelência. O processo, nós, vereadores, estamos todos sabendo, já foi exauridamente discutido, o vereador André tem razão nas questões dele, como Sua Excelência também tem. Nós estamos com uma pauta grande, acho que não há necessidade de ficar discutindo isso agora em Plenário. É isso que estou pedindo à Sua Excelência”. O Senhor Presidente: “mas é só responder, com referência ao contrato”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não vão chegar a um acordo nunca aí”. O Senhor Presidente: “quero dizer que as notícias mentirosas nos jornais nunca eu vou colocar aqui, mentirosas, levianas. Eu estou colocando, tem sim o despacho da promotora: ‘Procedimento Preparatório nº MPMG 0188.15.000457-3’. Ela está falando que a licitação está correta e que falta a parte monetária que está lá em Belo Horizonte. Um absurdo é a Câmara ter... Fez muito bem de não ter aceitado uma CPI



sobre esse caso, que nós íamos gastar quatrocentos, quinhentos mil, sendo que a denúncia já estava lá. Por isso a Câmara não aceitou a solicitação de CPI sobre esse caso. Nós íamos jogar quatrocentos, quinhentos mil no ralo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “por quê?”. O Senhor Presidente: “porque uma CPI fica cara, o senhor sabe disso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “por quê?”. O Senhor Presidente: “eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Então, eu estou esclarecendo que é porque nós não podemos jogar o nosso dinheiro, nosso dinheiro tem que ser bem aproveitado. Se já estava lá a... Já estava lá no Ministério Público a denúncia do senhor Homero Leite, por que fazer outra? Para que? Então, está em Belo Horizonte simplesmente olhar o preço e nós temos razão que o preço está correto porque a segunda colocada pediu o dobro da TV Banqueta. Teve a licitação sim. Eu acredito no pessoal que me assessora aqui, nós não vamos fazer besteira não. Nós não vamos colocar mentiras denegrindo este Presidente no jornal todos os dias, todos os dias. Um jornaleco aqui, Nova Lima... Que na hora que eu pegar, eu vou processá-lo. Pedi direito de resposta e não me deram até o presente momento. Tentando me denegrir, eu sou trabalhador. Então, não venha querer passar a rasteira em mim que eu não vou aceitar. O despacho está aqui para todo mundo ver. Vou colocar no jornal o despacho da promotora, mostrar para a população que a TV Banqueta está correta. Leitura de correspondências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, ainda em tempo, eu quero registrar a presença do vereador Alessandro Luiz Bonifácio e registrar e cumprimentar também a presença do presidente do Solidariedade, Paulo Seabra. Téo Garzon é presidente do PR, não é isso, Téo? Bacana”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vamos para frente”. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências:

- 1) “Correspondência Interna nº GVF 12/16. Nova Lima, 10 de maio de 2016.



Presidência da Câmara Municipal de Nova Lima. Exmo. Sr. José Geraldo Guedes, Informo que por motivo de força maior, questões referentes à saúde familiar, não comparecerei à reunião plenária desta terça-feira, 17 de maio de 2016. Certo de merecer a atenção de V. Exa., antecipo agradecimentos. SD Flávio de Almeida, vereador”. 2) Da Presidência da Casa: “Informo aos vereadores que a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi protocolada nesta Casa Legislativa no prazo estabelecido pela legislação em vigor, qual seja dia 15 de Abril. Entretanto, não nos enviaram o extrato da realização da audiência pública que deve instruir o projeto em questão. Peço, portanto que o jurídico officie ao Poder Executivo para que, em tendo realizado a audiência, remeta-nos cópia das mesmas, caso não tenham realizado, que a procedam com a agilidade que a matéria requer”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, Mesa Diretora, vereadores, público presente. É com relação à entrada aí da Lei de Diretrizes, senhor vereador, só para reforçar que nós temos o prazo até trinta de junho para ser votada a lei, em virtude do recesso”. O Senhor Presidente: “sim, senhor. Obrigado”. O Senhor Presidente: “o Silvânio, o Secretário, vai ler o Despacho da Promotora”. 3) Despacho da Promotora de Justiça, Ivana Andrade Souza. Nova Lima, 15 de abril de 2016. Procedimento Preparatório nº MPMG 0188.15.000457-3, veiculado pelo Jornal A Notícia - Nova Lima – De 13 a 19 de maio de 2016 – Edição 239 – Ano VI. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Só para deixar claro que o despacho que foi lido comprovou o que, inclusive, está na matéria, dizendo que o processo ainda está sob investigação. Conclui falando isso, que ainda está sob investigação e foi encaminhado para o departamento contábil lá, de perícia contábil de Belo Horizonte. Mas, já que se insiste tanto, deixa eu só eu explicar uma coisa e é bom que esteja sendo transmitido pela TV, deixa eu explicar como é que funciona. Nós



temos vários campos de futebol, várias quadras no bairro. Essas quadras, elas são públicas. Então, nenhum presidente de associação, nenhum cidadão, ninguém pode chegar lá naquela quadra e vender um horário naquela quadra. Ou pode? Vender? O senhor vende, vereador? Mas o senhor pode vender um espaço público, horário no espaço público?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “senhor vereador, desculpa, mas o Olaria, o Nacional...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o Acadêmico aluga, tudo é espaço público. Só se eu estiver enganado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixe eu explicar. Eu estou falando aqui, presta atenção: se estiver alugando está errado, está errado. Espaço público...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “campo de futebol do Barra do Céu, o pessoal da pelada lá paga. Qualquer campo. Desculpa, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “deixa eu falar aqui... Não. O senhor está fazendo uma denúncia grave. Fala aí, repete aí os nomes todinhos de pessoas que alugam. Elas estão alugando, papel passado...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “campo do Acadêmico, quadra do Olaria, campo de futebol do Barra do Céu, Cruzeiro/Barra do Céu, campo de futebol do Galo, todos os campos de futebol alugam para as peladas. Ninguém faz pelada...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “são públicos e estão sendo alugados, estão todos errados, espaço público não pode ser alugado, é público”. O Senhor Presidente: “vou pedir para falar sobre o...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu vou falar é sobre isso mesmo”. O Senhor Presidente: “contrato”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é sobre o contrato que eu vou falar”. O Senhor Presidente: “está falando... Mudando o assunto, nós vamos falar dentro do contrato”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “quem está em casa, assistindo pela TV Banqueta vai entender exatamente o que estou falando. Se estiver alugando está errado, o espaço é público. Eu não posso chegar ali na



Praça Bernardino de Lima ali e alugar um espaço, ele é público. O canal comunitário disponibilizado pela NET é um canal comunitário. Então, qualquer associação comunitária pode utilizar aquele espaço, aquele espaço é gratuito, ele não pode ser vendido. O canal da NET comunitário não pode ser vendido, não pode. O canal comunitário da NET não pode ser vendido. Isso é lei federal, que todas as tevês a cabo, essas empresas detentoras de espaço, de cabeamento de TV, elas têm obrigatoriamente que disponibilizar um canal e esse canal é comunitário. Então, esse canal comunitário, assim como a quadra pública, não pode ser locada de maneira nenhuma, quem estiver fazendo está errado. É claro que a gente entende que no bairro existe aquela taxa que o pessoal cobra para poder fazer a manutenção, mas que não tem nada de oficial. A gente não está falando disso, a gente está falando de contrato, da pessoa ganhar dinheiro com aquilo ali, negociar o espaço público, não se negocia espaço público. Então, pouco me importa o que foi dito aqui. O que eu entendo é isso, a lei federal disponibiliza os canais comunitários, um espaço que é comunitário, é gratuito. Significa dizer que qualquer associação comunitária do mesmo gênero, se ela reivindicar aquele mesmo espaço, Dr. Fausto, ela vai ter obrigação de ceder também, então, aquele espaço tem que ser dividido, tem que ser dividido. Aí, a TV vai falar assim, a NET vai falar assim: 'você resolvem aí, o espaço está aqui, eu sou obrigado a dar o espaço, mas vocês resolvem'. Ela não pode chegar e falar assim, para uma outra associação comunitária, chegar lá e falar assim: 'eu não posso te dar porque já está aqui sob responsabilidade, esse horário já está reservado para a TV tal ou para a associação comunitária tal. Então, isso daí é lei federal. Então, só aí já mostra mais uma irregularidade. Eu estou falando isso e se mexer eu falo mais". O vereador Gilson Antônio Marques: "questão de ordem, Senhor Presidente". O Senhor Presidente: "questão de ordem... Eu vou... Não vamos tocar nesse



assunto mais não”. O vereador Gilson Antônio Marques: “não, eu não quero tocar nesse assunto não”. O Senhor Presidente: “se o vereador quiser, ele vai lá no Ministério Público e denuncia”. O vereador Gilson Antônio Marques: “então, Senhor Presidente, não vou tocar não, mas o senhor também não toca não”. O Senhor Presidente: “ele tem todo o direito. Foi licitado, misturando quadra com campo de futebol, a TV Banqueta foi licitada honestamente, o que falta é o parecer, em Belo Horizonte, sobre o preço, que a Dra. mandou lá. Então, sobre a licitação está tudo correto, ela deu... Tudo que está escrito aqui foi a promotora de justiça que mandou”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vou dizer para o senhor, para a gente terminar, eu não vou dar a palavra, só para o senhor, vamos finalizar isso aí, porque está esclarecido para o povo de Nova Lima que não teve mutreta nesse contrato. Então, fica tentando denegrir, principalmente, a minha imagem, porque eu que assino aqui, a responsabilidade é minha. Então, se achar que continuando erros, havendo erros, tendo problemas, que vá lá, vá lá que terão a resposta do Ministério Público. Com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu só queria fazer uma pequena correção aqui e nem sei se eu estou certo para corrigir, mas até onde eu sei, sim. O Olaria, por exemplo, vereador, na época do ex-prefeito Carlos Roberto Rodrigues, ele foi doado ao Olaria, então, ele não é público. Ele foi doado, teve um ato de doação, acho que, salvo engano, até no Teatro Municipal, teve até solenidade para essa doação. Se foi revogada a doação, eu não sei, mas na época foi doado. Os demais times que foram citados e eu vou falar apenas de um, que eu conheço mais de perto, vocês sabem que eu não sou do meio do futebol, não é? Eu acho que antes de eu emagrecer, eu já era muito gordo, se eu fosse num campo de futebol, eu ia virar duas vezes mais porque não me cabe lá, eu não tenho esse perfil e



não é que eu tenho nada contra não, mas não tem nada a ver comigo o futebol. Mas eu conheço alguma coisa porque fui vizinho lá muitos anos. Cruzeiro, por exemplo, e demais times que eu vejo aí, os campos são fechados, não tem dinheiro do município lá, a não ser por um convênio com a agremiação e não com os estádios. Então, quando o governo põe o dinheiro público lá é através de um convênio. Que através de um convênio, ele põe nas creches, ele põe nas escolas, ele põe no Pró-Reis, ele põe em outras instituições, nos escoteiros e demais instituições, é através de um convênio. Então, acho que é por isso que eles cobram a taxa lá, falando de lá, porque como que eles vão sustentar o campo? Não tem roçador do município, não tem faxineiro do município, não tem nada do município lá, nada. Acho que alguns, alguns são pagos água e energia elétrica pelo município e que, se não me engano, é irregular também. Isso, sim, não deveria nem pagar porque não é dele o campo. Mas eu acho que o campo não é público não. Muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só um minuto, por favor. Eu não ia nem falar, para enterrar isso aí, mas só para contribuir, na verdade aqui, que eu tenho certeza do que eu vou falar. Eu não sei qual vereador que falou aí, espaço público não se aluga mesmo, é proibido. Isso não pode ser alugado. Agora, parece que foi o vereador André que falou, tem uma lei de 2010 do senado ou 2011, pode procurar a Sua Excelência, a sua assessoria pode procurar que vai achar, as rádios comunitárias e televisões comunitárias têm autorização de vender o espaço, só existe uma legislação para eles seguirem lá. Eu tenho absoluta certeza dessa lei, não sei se foi em 2012 ou 2010. É porque eu estava abrindo uma rádio no Jardim Canadá, na época, e foi mais ou menos nessa época, eu estava muito por dentro disso, eu não sei o número da lei. Mas para contribuir com o discurso até do problema do processo aí, do que alega aí, que está seguindo com a promotora, podia até descobrir isso aí, ou a



assessoria do presidente correspondente ou a própria sua”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu quero é acabar com isso. Pode”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só para deixar claro que a legislação que rege as rádios comunitárias é totalmente diferente da que rege as tevês comunitárias. Então, eu não costumo falar. Eu já dei... Eu já dei os exemplos aqui, entendeu? Eu não falo até eu ter conhecimento de causa. Eu pedi a investigação por conta disso. E na verdade eu estou aqui apenas querendo que seja feita a mesma coisa que foi feita, porque a gente viu dois pesos e duas medidas, a mesma situação que aconteceu com o Executivo, inclusive, foi o senhor que pediu a investigação em cima da denúncia do jornal O Tempo, que já existia um... Já estava também judiado o caso, a matéria foi também a notícia do parecer do procurador, foi feita uma CPI que acabou dando em punidos aí, culpados. Eu só queria que fosse feita a mesma coisa aqui na Casa, e torceria e torço para que não desse nada. Aí por justamente ter isso e ver que não foi feita a investigação é que a gente começou a averiguar, e aí a gente começou a descobrir algumas coisas realmente de irregularidades, mas não é que eu estou querendo... Eu não estou querendo nem polemizar nada, mas também não quero colocar nada debaixo do tapete, entendeu? É só isso, só acho que transparência é algo natural, eu não tenho dificuldade nenhuma com TV Banqueta, inclusive, fizeram chacota comigo aí no dia que eu fui vaiado aqui, negócio do... Eu a vereadora Ângela no dia do negócio dos carros, aí na outra semana o Presidente foi vaiado, o Coxinha foi vaiado, que é normal aqui, todo mundo é vaiado, o Gilson já foi vaiado, mas não teve matéria especial com ninguém, pode fazer matéria de novo comigo aí, não tem problema nenhum não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador, devolve a palavra aí, para mim passar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está joia, ex-



presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado. É só lembrar a Sua Excelência que eu estava só contribuindo porque eu tenho certeza que essa lei existe. Estou devolvendo a palavra, muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está joia. Mas está sob estudo ainda, entendeu?”. O Senhor Presidente “sobre campo de futebol aí, a ex-secretária alugou o campo do Villa a seiscentos reais, eu quero saber aonde foi o dinheiro, que ela não tinha autonomia para alugar o Campo do Villa, o Campo do Villa pertence ao Município. Então, são dois pesos, dez medidas aqui na Câmara. Vamos partir para outro assunto. Muito em breve virá o parecer do jurídico do Ministério Público de Belo Horizonte, eu tenho certeza que eu coloco a minha cabeça no travesseiro e durmo porque a segunda colocada era o dobro da TV Banqueta. Quero fazer uma denúncia aqui, é tanta coisa que está acontecendo erradamente no nosso município, a prefeitura colocou três quebra-molas na subida do espaço cultural, eu acho que ela deveria ter colocado as faixas com antecedência, quando colocaram lá, não pintaram os quebra-molas, está aqui para os vereadores verem, vários acidentes violentamente com motos, carros. Eu acho que a prefeitura deveria ter publicado, como de costume, aquela descida ali é muito íngreme, então, o que acontece? Tem pessoas que estão no hospital, motoqueiro com a sua esposa na garupa, está muito machucada. Então, é o mínimo. Estão as fotos aqui, mandaram as fotos para mim, são vários acidentes na noite de ontem. Então, chamar a atenção, quando colocaram os quebra-molas, que pintem imediatamente, que anuncie antes, isso é um absurdo, poderia ter causado uma morte”. O vereador Gilson Marques “questão de ordem, Senhor Presidente. O senhor está dizendo que o senhor acha que ela deveria ter sinalizado antes”. O Senhor Presidente “acho não, eu tenho certeza”. O vereador Gilson Marques “eu digo com muita propriedade que ela deveria sim, o Código Brasileiro de Transito



manda colocar com no mínimo quinze dias de antecedência a sinalização para só posteriormente instalar os quebra-molas. Então, ouve sim, negligência e de alto risco”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “agora vamos cumprir a pauta, não é, Presidente?”. O Senhor Presidente “nós vamos cumprir, mas vou pedir a paciência dos vereadores, eu quero fazer outra denúncia aqui, vou ler rapidamente, não vou me alongar. Vereadores, temos a obrigação de reagirmos. O Prefeito tem que respeitar a Câmara Municipal, por bem ou por mal. Eu fiz a minha parte, ingressei na justiça contra o ato de desrespeito do prefeito que aumentou os impostos de 2016, sendo que a Câmara votou contra os aumentos. Em Brasília tinha a Dilma que não respeitava as leis, em Nova Lima nós temos o Dilmo, que é o Cassinho, que não respeita as leis. Câmara de Vereadores, a todo momento esse prefeito atropela as leis. Eu pediria licença, eu estou fazendo uma denúncia aqui, eu pediria silêncio. Espero que o Ministério Público obrigue a prefeitura a devolver a todos os contribuintes que pagaram seus impostos com o aumento indevidos. Espero que os meus colegas vereadores me apoiem nessa ação. O Prefeito aumentou os impostos sem a autorização da Câmara, a Câmara votou contra, ele não pode fazer isso, isso dá até cassação. Eu ingressei no Ministério Público e espero que o Ministério Público não espere o povo pagar primeiro para depois, se a Prefeitura for punida pela lei, ter que devolver. Então, o Cassinho está abusando dessa Câmara Municipal o tempo todo, nós não podemos deixar. Olha o que deu com a Dilma, será que vai dar com o Dilmo aqui na nossa cidade? Então, pediria aos vereadores para a gente ir lá ao Ministério Público cobrar a ação do Ministério Público rápido, o homem está atropelando. Eu, Cassinho, vou mandar um recado para você aqui: ‘não te devo obrigação nenhuma, aliás, não devo obrigação a nenhum prefeito do passado o tempo que estive aqui, ninguém nunca fez nada para mim, nem para a minha família; nem para



a minha família, senhor Cassinho. Então, eu não tenho rabo preso com o senhor, eu vou denunciar o senhor o tempo todo, o senhor pode me perseguir, como o senhor está me perseguindo que eu sei, não vou relatar aqui não, o senhor continua me perseguindo, que eu vou ingressar na justiça contra o senhor'. Então, o prefeito não pode fazer de nossa cidade uma cidade faroeste, que é resolvido no grito, no tiro. Então, nós temos uma cidade aqui, pacata demais, mas não abuse não, senhor prefeito, o senhor não pode aumentar os impostos sendo que a Câmara votou contra. Peço encarecidamente, nós vamos formar uma comissão e nós vamos na Doutora Andressa, que a minha denúncia está com ela, para ela agir rápido contra esse prefeito que já foi vereador aqui por vinte e quatro anos, ele cobrava dos prefeitos, na época dele, que tivesse respeito com essa Câmara, hoje ele atropela a Câmara. Obrigado". O vereador Silvânio Aguiar "Senhor Presidente. Eu quero cumprimentar os cobradores da SARITUR que eu estou vendo aqui, são colaboradores da SARITUR que estão hoje em nossa plenária. E quero também dizer a todos que estão em casa nos assistindo pela TV Banqueta que eu me solidarizo a eles, eu sei que eles são em grande parte ali ex-funcionários da SARITUR, então, eu me solidarizo a vocês e aos que não vieram aqui hoje". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "vereador Silvânio, não Saritur, Via Ouro também, não é?". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "principalmente". O Senhor Presidente: "apresentação de proposições". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "Senhor Presidente, é porque eu quero aproveitar o momento das correspondências para eu falar de uma correspondência que eu recebi do Deputado João Vítor Xavier: 'Com os cordiais cumprimentos, envio cópia do ofício do Governador do Estado de Minas Gerais autorizando o pagamento de emendas parlamentares de minha autoria no valor de trinta mil reais à Escola Estadual Augusto de Lima, e de trinta mil reais à Escola Estadual



João Felipe da Rocha. Despeço-me agradecendo a sua participação no nosso mandato e coloco o gabinete à disposição. Assinou o Deputado João Vítor Xavier'. Então, meus cumprimentos e agradecimentos em nome das escolas estaduais de Nova Lima, em especial o João Felipe da Rocha e o Augusto de Lima, pelas emendas que o deputado mandou aqui para Nova Lima. Parabéns ao João Vítor, que ele realmente está demonstrando o seu trabalho aqui na nossa cidade, onde ele é hoje o nosso deputado majoritário. Obrigada, Presidente". O Senhor Presidente: "eu fico muito satisfeito com essa notícia, que essa solicitação foi feita por mim, um ofício ano passado e ele... Não é a primeira vez que o João Vítor tem contemplado as nossas escolas com verba, sempre solicitadas por este vereador. Eu fico muito satisfeito, obrigado. Apresenta...". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "Presidente, agora nós vamos tocar a pauta, não é?". O Senhor Presidente: "sim". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "que isso é correspondência uai". O vereador Leci Alves Campos: "Senhor Presidente, questão de ordem. Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer Vossa Excelência e os membros da Mesa Diretora pela promulgação da Lei 29, que dispõe sobre o atendimento prioritário para portadores de diabetes na rede municipal de saúde. Senhor Presidente, nós vereadores aprovamos o Projeto de Lei 1.568, que dispõe sobre o assunto já citado e por surpresa minha, esta lei não foi sancionada pelo prefeito. Eu não sei o que ele tem contra os diabéticos, mas ele não sancionou essa lei. Graças a Deus, ele não vetou. Então, dos males o menor, porque se tivesse vetado...". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "vereador, me dá um apartezinho rapidinho, só um apartezinho". O vereador Leci Alves Campos: "eu já estou terminando". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "não, é rápido, é um segundo". O vereador Leci Alves Campos: "não, o meu também é rápido". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "não, é para só contribuir, porque, para nós



não perdermos tempo. Passou o tempo, já está sancionada, quinze dias”. O vereador Leci Alves Campos: “não, mas ninguém está perdendo tempo aqui não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “está bom, então continue aí, porque o Presidente não consegue manter a pauta aqui”. O vereador Leci Alves Campos: “tá, muito obrigado. Aí, Senhor Presidente, esta Casa fez a votação da lei, ela não foi sancionada, não foi vetada e, então, cumprimos o prazo aí dos quinze dias e fizemos a promulgação desta lei. Agora, o interessante, Senhor Presidente, que esta Casa já fez outras três leis em benefício dos diabéticos, todas as leis foram sancionadas, publicadas e não foram aplicadas pelo Executivo, quer dizer, quatro leis que o Executivo podia ter contribuído com os diabéticos. Para o Senhor ter noção, uma das leis seria a concessão do adoçante na farmácia. Na época, o Secretário João Hernane participou desse processo de votação e ele nos garantiu que ele ia fornecer esse adoçante na farmácia e, no entanto, estamos todos os meses indo à farmácia e o farmacêutico diz que não tem adoçante e não vai cumprir esta lei. Outra lei também, Senhor Presidente, é do fornecimento da caneta para aplicação da insulina e, também, o controle na rede municipal de ensino dos alunos que são diabéticos para controlar alimentação e saber o andamento da doença desses alunos. Então, Senhor Presidente, mais uma vez, muito obrigado por ter promulgado. Pelo menos, esta Casa aqui cumpriu o seu papel em...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “concede um aparte, vereador?”. O vereador Leci Alves Campos: “pois não, senhor vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria só parabenizar Vossa Excelência por esse projeto, dizer que eu acho de fundamental importância que o município dê atenção aos diabéticos e eu tive a grata surpresa e a sorte de ser um ex-diabético depois da cirurgia. Eu cheguei a ter até de 700 e hoje é 74, 89 e nunca passa disso, mas eu sofri muito com essa doença. Então, vale salientar que o prefeito, o



município deve, deveria e deve dar uma atenção especial ao vosso projeto”. O vereador Leci Alves Campos: “muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, é rapidinho. Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador Leci Alves Campos: “retornando a palavra, Senhor Presidente. Eu gostaria de aproveitar aqui para agradecer a presença dos trocadores aqui da Saritur e da Via Ouro. Eu gostaria de lembrar que hoje esta Casa vai estar fazendo a leitura do parecer da Comissão de Serviços Públicos do Projeto de Lei 1.584, que dispõe sobre obrigatoriedade da presença de cobradores no Transporte Coletivo no município. É uma lei de minha autoria, juntamente com a vereadora Ângela, vereador Silvânio e vereador José Guedes. Então, eu gostaria que vocês continuassem na Casa para que ao final da leitura desse parecer, nós pedimos ao Presidente para colocar em plenário a votação, se podemos antecipar essa votação para a noite de hoje em primeira e segunda e assim concluir a nossa parte e passar o projeto para a sanção do prefeito. Obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só um minuto, por favor? Eu só estou tentando é contribuir, o vereador que me antecedeu não me deu o aparte dele, mas é para explicar... Eu votei o projeto dos diabéticos, eu votei aqui, toda a Câmara votou, não foi só o autor do projeto não, foi toda a Câmara. E dizer que passaram quinze dias, o projeto está sancionado automaticamente pelo prefeito, não precisa falar que não votou, está lá. Estou certo, vereadora? Está sancionado, acabou. Então, eles podem saber, os diabéticos, que está sancionado pelo prefeito. É lei isso: passou de quinze dias, se ele não sancionar, automaticamente está sancionado”. O vereador Leci Alves Campos: “o senhor me permite, senhor vereador?”. O Senhor Presidente: “não, vamos encerrar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “agora não dá mais, não é? Porque...”. O Senhor Presidente: “vamos encerrar”. O vereador Leci Alves Campos: “eu acho engraçado, os



vereadores falam o tempo todo que quiserem, quando a gente fala, ficam fazendo caras e bocas. Eu não entendo isso, Secretário”. O Senhor Presidente: “vereador, eu vou fazer para o senhor uma sugestão. Na hora do...”. O vereador Leci Alves Campos: “é. Gente, é o seguinte...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu não citei o nome de vereador”. O Senhor Presidente: “Leci... Leci... Vereador, no momento do...”. O vereador Leci Alves Campos: “é rápido”. O Senhor Presidente: “do projeto o senhor pronuncia”. O vereador Leci Alves Campos: “gente, eu procurei o jurídico da Casa para saber o funcionamento, o que acontece quando o projeto não é sancionado pelo Executivo. Fui informado que quinze dias tem de prazo para a Câmara promulgar. Então, a Câmara tem que promulgar. Não é automático, a Câmara tem que promulgar”. O Senhor Presidente: “eu gostaria... Vereador Coxinha, eu pedi ao senhor na outra reunião para o senhor colaborar com a Presidência, com a Mesa, sobre o senhor não ficar recebendo correspondências porque na última reunião nós tivemos um atrito aí e isso não é bom. Após a reunião... Eu quero dizer sobre os diabéticos, porque eu sou um diabético, eu sou diabético. Então, esse projeto é muito importante porque, graças a Deus, eu tenho condições de comprar os meus remédios que são todos muito caros, o tratamento é caro, o tratamento é muito caro. Eu já tive muitos problemas de saúde e hoje... Meu amigo, eu pediria ao senhor silêncio, nós estamos numa reunião. De graça, mas eu, como vereador, eu recebo todos os dias reclamações que falta remédio para o diabético em Nova Lima. Não é assim não, tem alguns remédios mais baratos. Então, eu vou dizer para vocês todos que um terço do povo do mundo é diabético atualmente. É uma doença maldita, é uma doença incontrolável, na maioria das vezes, cega as pessoas, aleija as pessoas. Então, pediria que o município não deixasse faltar, principalmente, o remédio. Por quê? Um aposentado, um assalariado aí, como vai comprar um remédio de duzentos,



trezentos reais? Como? Como que ele vai comprar a caneta? Como que ele vai comprar o aparelho para medição? É um problema gravíssimo. Tem pessoas aqui que ficam sem o seu remédio diariamente. Ficam vários e vários dias sem o remédio pelo fato de o município não fornecer”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Veto Integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.569/2016, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Cria o Bilhete Especial de Transporte Coletivo Urbano do Desempregado no âmbito municipal e dá outras providências”. Veto encaminhado à Comissão Especial, designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Leci Alves Campos, para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.586/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Regulamenta o artigo 85, §19 da Lei Federal nº 13.105/2015”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário, uma vez que esse projeto é de regulamentação de uma lei já existente na esfera federal, em dois âmbitos, porque existe a Lei 8.906/94, no artigo 23, que assegura aos advogados o direito dos honorários de sucumbência. Do mesmo modo a Lei Federal 13.105/2015, do Código de Processo Civil, que estabelece ao artigo 85, parágrafo 19 os honorários de sucumbência são devidos ao advogado público. Então, por se tratar de uma Lei Federal e esta Casa está pedindo apenas... E este vereador está pedindo uma regularização, eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário a dispensa de interstícios e de pareceres das comissões e que esse projeto pudesse entrar em sua primeira e segunda votação ainda nessa noite, por ser um projeto já conhecido em esfera estadual. Justificativa, para aqueles que não tem conhecimento, esse dinheiro é referente à dívida ativa que o município vai acumulando ao longo dos anos ou até mesmo da própria



receita anual e que o procurador, até então, ele tem direito legal em vinte por cento desse montante. Nova Lima, há três anos atrás tinha uma dívida próxima de sessenta milhões de reais para receber, uma dívida ativa. Se ela é recebida na íntegra, somente um procurador colocaria no bolso dele doze milhões de reais. E aí, eu pergunto, ele trabalha sozinho? Ele enfrentou uma bancada de concurso para estar sentado naquele lugar? Não. Então, eu não estou falando do procurador atual, que tenho até um bom relacionamento com ele. Mas é desmerecido aos que passaram, ao atual e os que o sucederão, receber um montante desse, uma vez que quem trabalha é um conjunto. O subprocurador da nossa prefeitura trabalha três vezes mais de que o procurador. As subprocuradoras... As procuradoras concursadas trabalham todos os dias, pelo contrário, são até inibidas de trabalhar, porque a coisa é tão grande, que eles colocam elas embaixo de um balaio, parecem galinhas chocadeiras, tem que ficar olhando só na grade, não pode trabalhar. E, enquanto isso, o município contrata escritório de fora. Então, se dividir isso aqui em partes iguais vai motivar ainda mais esses servidores que hoje estão de mãos atadas para trabalhar e quem sabe os procuradores, os que passaram, o atual e os que o sucederão tirarão o pé das costas desse povo que quer trabalhar e não consegue trabalhar dentro do município hoje. Então, esse é o motivo, hoje, desse projeto. Salientando que ele não tem... Ele é custo zero ao município, custo zero. É só um divisor, é uma lei que já existe e que apenas uma pessoa recebe hoje. Então, não está criando o mínimo de despesa aqui, nem um, nem zero vírgula um por cento de despesa. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “o vereador pediu, solicitou que colocasse em votação a sua solicitação. O vereador Alessandro Bonifácio, questão de ordem”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu, como Presidente da Comissão de Serviços Públicos, eu ia pedir para que esse projeto do vereador Gilson



Marques corresse dentro das comissões legais. Como não tem nenhum dano ao município, honorários, então, eu ia pedir para correr nas comissões normais, mas parece que meu voto vai ser vencido, já estou adiantando que eu vou pedir vista se não conseguir passar pelas comissões normais, porque eu ainda tenho dúvida, que parece que esse projeto do vereador Gilson tem uma ação civil pública sobre essa matéria, eu queria analisar mais, vereador”. O Senhor Presidente: “concedida a vista ao vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador, Senhor Presidente, Senhor Presidente, espera aí. O Senhor não pode dar vista para ele não. O Senhor está consultando o...”. O Senhor Presidente: “ele pediu”. O vereador Gilson Antônio Marques: “não, o Senhor tem que consultar o Plenário primeiro e depois... Não está na hora de ele pedir vista não”. O Senhor Presidente: “ele pediu a vista”. O Senhor Presidente: “desculpe, eu estou só contribuindo, mas ele não pode pedir vista ainda”. O vereador Gilson Antônio Marques: “não está na hora”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem que consultar o Plenário e ver se ele aceita”. O vereador Gilson Antônio Marques: “consultar o Plenário primeiro e depois que ele vai pedir a vista”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e a comissão dele, qual que é? Desculpe”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Serviços Públicos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem dois, são três vereadores. Só para questão de esclarecimento, é Sua Excelência e quem mais?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “senhor vereador, é o Plenário que decide, então...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não, eu sei”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu só estou dando a minha opinião como presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador, se os dois vereadores da sua comissão decidirem é voto vencido”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “verdade”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “por isso estou perguntando qual é a sua comissão”.



O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “verdade”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “se o senhor não puder falar... Presidente, qual é da comissão do vereador Alessandro Bonifácio, posso saber?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é o vereador Flávio de Almeida e o vereador...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “infelizmente, o Flávio não está aí, vereador Gilson, então, realmente vai acabar chegando lá no final e ele vai pedir”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é vereador Leci e Flávio. Mas eu já adiantei, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o projeto dele é de urgência até, e é um benefício tão grande, porque é uma pessoa ganhando...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “deixa o Presidente consultar, que eu vou explicar o que está em ação aí”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu ia falar sobre o projeto...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “deixa só o Presidente consultar, que eu vou explicar o que está em ação”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e pareceres, e votação em dois turnos em segunda parte da reunião o Projeto de Lei 1.586. Consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Gilson Marques. Os vereadores que concordarem permaneçam como estão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é só, vereador...”. O Senhor Presidente: “seis votos favoráveis com o voto do vereador Alessandro Bonifácio contra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o projeto... Questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “sete votos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, questão de ordem. É só para responder o vereador Alessandro. O senhor disse que parece que tem uma questão da justiça. Existe sim, a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais mista, nessa semana protocolou um pedido de interpelação, pedindo a exoneração dos procuradores comissionados, a exoneração, porque a Lei Federal fala que a verba tem que ser dividida aos procuradores concursados, de carreira e nosso



município paga aos comissionados, todos que passaram por aqui. Quais são os ganhos que eles deixam por esta cidade quando vão embora? Nem tudo é ruim, toda regra tem exceção, mas quais são? Os de carreira não, eles fazem carreira trinta anos aqui dentro da nossa cidade. Então, é por isso que tem essa matéria. Muito obrigado, só para esclarecer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu sei que a matéria não está em discussão, ela não está em discussão, mas o vereador Gilson explanou muito bem, só para eu concluir algumas coisas para o público até saber. Procurador do município, comissionado, põe a mão nesse dinheiro todo e sempre pôs em Nova Lima. Só de pôr a mão no dinheiro já é um absurdo. Você imagina bem, vinte por cento de uma dívida ativa, que a dívida ativa corresponde às ações ajuizadas do IPTU dentro do município. Tem que ir lá nele, lá no alto, onde ele está lá, pagar ele, vai para o bolso dele. Eu estou falando porque é verdade, vai para o bolso dele vinte por cento, sozinho. O projeto dele é para, pelo menos, que eu não concordo com isso de ir para o bolso dele sozinho e nem dos outros, mas eu não sou o Senado, nem a Câmara Federal, eu não concordo com isso, mas pelo menos que cumpra as leis que já estão votadas, que isso é dividido entre todos os procuradores, não um comissionado que abocanha tudo. Eu falei desse procurador que esta aí hoje no município, há dois meses atrás ou três, ele para sair de férias, ele tinha que nomear alguém para responder por ele, ele não nomeou porque ele queria o dinheiro das férias também, o dinheiro da licença dele. Aí eu denunciei aqui e o prefeito foi e nomeou um outro procurador. Sabia disso? Eu denunciei aqui. Então, só para esclarecer, Senhor Presidente, pelo menos dividir o bolo para pessoas que trabalham mais, porque quem trabalha mais é o concursado que fica lá, socado lá dentro trabalhando. O outro é comissionado, só chega para assinar e assina o que ele quer. Obrigado e seu projeto é dez”. O vereador Gilson Antônio



Marques: “Senhor Presidente, eu só queria aproveitar esse momento aqui para... Ela vai até cair da cadeira, se ela estiver assistindo porque eu nunca falei bem dela aqui, parabenizar a promotora Ivana Andrade, que ela conseguiu colocar o pé no freio, ela entrou com uma ação na justiça dizendo que o procurador só pode tirar até o teto máximo do salário dele. Então, está retido lá o resto do dinheiro, mas existe uma liminar, se essa liminar cai, ele vai ter que comprar umas quatro malas para pôr o dinheiro que está lá dentro”. O Senhor Presidente “eu consulto o vereador Alessandro sobre o pedido de vista”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim, eu quero vista, Presidente”. O Senhor Presidente: “sim, concedida a vista para o vereador Alessandro Bonifácio”. 3) Projeto de Lei nº 1.587/2016, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício de 2017 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.588/2016, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Radialista Adair Gonçalves Pereira. Assim que o Senhor Secretário, iniciou a leitura, o Senhor Presidente: “eu não terminei não, porque tem um imbecil aqui que, qualquer hora, eu vou mandar a polícia colocar ele lá para fora, eu já avisei dez vezes. Aqui, o senhor também, o senhor fica quietinho aí porque o senhor não pode pronunciar não”. O Senhor Secretário proferiu a leitura. Após a leitura, o Senhor Presidente encaminhou o projeto à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer, e nomeou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O Senhor Presidente: “eu retirei o projeto do vereador Flávio pela sua ausência”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto



Integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.562/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre o direito à dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos motoristas municipais de ambulâncias”. A comissão emitiu parecer contrário ao Veto. O Senhor Secretário informou que o parecer não tem a assinatura da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira. 2) Parecer da Comissão de Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.584/2016, autoria dos vereadores Leci Alves Campos, José Guedes , Maria Ângela Dias Lima Pereira e Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre obrigatoriedade da presença de cobradores no Transporte Coletivo Municipal de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário informou que o parecer não tem a assinatura do Vice-Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais, o vereador Flávio de Almeida. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Senhor Presidente, com relação a este projeto, o 1.583, nós já tivemos o parecer favorável da Comissão de Legislação e Justiça e, agora de Serviços Públicos Municipais, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência que consulte o Plenário para que façamos a votação desse projeto hoje em primeira e segunda votação”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Leci Campos referente ao Projeto 1.584/2016. Os vereadores que concordam com a solicitação permaneçam como estão. Aprovado, seis votos”. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.585/2016, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Marlene Alevato Ferrari. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Fausto Niquini Ferreira



como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

1) Projeto de Lei nº 1.580/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal do Agente Comunitário de Saúde e do Dia Municipal do Agente de Combate às Endemias, e dá outras providências”. Em segunda e última votação. Aprovado por sete votos e encaminhado à sanção. 2) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.584/2016 em primeira votação. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “em discussão o Projeto de Lei 1.584, eu, Ângela, Silvânio e Zé Guedes somos autores desse projeto e, em nome de nós quatro, a gente solicita o vereador Alessandro, vereador Gilson e vereador André, é uma pena que tem três que não estão presentes, mas que votem a favor desse projeto em primeira e segunda votação e para assim que a gente retorne com os cobradores no transporte coletivo municipal de Nova Lima, não é? A gente já discutiu várias vezes aqui qual que é o motivo que a gente estava entrando com esse projeto de lei e sendo aprovado, vamos torcer para o prefeito sancionar”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Eu agradeço o senhor citar o meu nome, mas seria até dispensável, uma vez que eu já discurssei a favor desse projeto aqui, mesmo não sendo autor dele, dizendo dos riscos que traz à população a ausência do cobrador. Na ocasião, eu disse das pirambeiras de Nova Lima, da manete que o motorista puxa e deixa o ônibus sozinho, da superlotação que esses ônibus sempre andam na nossa cidade e etc. Entre... Se for citar aqui, é como disse o vereador André ainda há pouco, vai a noite inteira citando as irregularidades que tem a retirada dos cobradores, além do desemprego de famílias e famílias, em troca da ganância, do buscar mais e mais e mais para as próprias empresas. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “questão de ordem,



vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com relação a esse projeto, seria eu também um dos autores. Ele surgiu na... Eu disse na reunião passada, eu fiquei sabendo, ele surgiu da audiência pública, não é? Foi uma demanda da população, principalmente dos profissionais da área e nós já tínhamos nos reunidos com os profissionais da área também e já tínhamos manifestado nosso total apoio a esse projeto e à ideia de criar também tal projeto. No dia eu estava acamado, não pude participar da audiência pública, estava hospitalizado. Mas eu volto a frisar aqui que a justificativa das empresas de ônibus para cortar, para tirar os cobradores é sempre reduzir os custos dela, mas ela nunca pensa em reduzir o custo da população. E essa Casa aprovou já, quando houve aquela manifestação da tarifa zero que mobilizou o país inteiro, essa Casa foi uma das primeiras a correr na frente e aprovar uma lei que dispensava a principal empresa de ônibus, as duas, não é? De cobrar ou de pagar a prefeitura o imposto ISQS, não é? O ISQS. Então, foi feito esse projeto visando reduzir o custo da população ou impedir que o aumento fosse exorbitante mais na frente. De lá para cá tiveram vários aumentos, essa questão nunca entrou em pauta, a verdade é que essa justificativa também é outra balela porque não vai impactar em nada, com cobrador, sem cobrador, eles vão continuar aumentando a passagem e eles não estão nem aí, porque enquanto eles ficam usando desculpas e argumentos, a catraca continua girando e eles ganhando, lucrando muito mais. Como já disse o vereador Gilson, é sempre superlotação, a pessoa que perder um ônibus aí, principalmente num dia de final de semana, ela fica mofando, chega a mofar quase duas horas numa parada, às vezes, até perigosa. É um verdadeiro descaso. Esse projeto é de suma importância, claro que a gente vai votar e vai aprovar esse projeto para que esse absurdo não aconteça aqui em Nova Lima, mas eu quero deixar aqui um recado, principalmente para aqueles que são



os pretensos candidatos a prefeito na próxima, na eleição que está às portas: reveja, você que está pretendendo aí se candidatar à prefeitura, a prefeito e eu vou falar isso com todos eles nas nossas discussões pré-eleitorais, que revejam o contrato que a prefeitura tem, que o município tem, especialmente com a Via Ouro, que com certeza já venceu, deve estar funcionando na base de aditivo e nunca há nada que favoreça o município, a gente não vê. O atendimento quando sofre, quando acontece um acidente, é precário, é um absurdo, e se tirar o trocador, como bem disse o vereador Gilson, essa é uma das questões, Nova Lima com essas ladeiras... Você entra no ônibus está lá assim: ‘fale ao motorista somente o indispensável’. Antigamente, pelo menos, era assim: ‘fale ao motorista somente o indispensável’, aí o motorista vai atender todo mundo, vai cobrar, passar troco, dirigir... Ah, pera lá. Numa chuva, então, aqui em Nova Lima? Isso daí é um absurdo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “um aparte, vereador?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com certeza”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu disse que ia limitar, mas tem uma coisinha só que eu não posso deixar de falar. Vou tirar o exemplo de uma só linha. Há pouquíssimos anos atrás, antes do crescimento da frota de veículos na nossa cidade, de Santa Rita à Nova Lima fazia-se com quinze minutos, vinte e cinco minutos no máximo, de lotação. Hoje, já se gasta uma hora e dez, sem o cobrador, uma hora e quarenta. Então, o cara que trabalha em Nova Lima, que pega serviço às seis horas da manhã não pode dormir mais não uai, porque ele tem que levantar duas horas da manhã para fazer a marmita, para pegar o ônibus de quatro para chegar aqui em Nova Lima seis”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “e ainda tem um detalhe, não é? A gente sabe, todo mundo que pega ônibus sabe que, às vezes, até com cobrador, às vezes, é uma dificuldade, o ônibus está lotado, o motorista fica naquele impasse, não sabe se para porque não cabe mais gente e aquela coisa toda.



Imagina sem cobrador? Ele vai falar: ‘eu não vou, eu não vou me arriscar aqui não’. Então, só piora. Então, como a ideia é melhorar, então, no mínimo, tem que ficar do jeito que está com os trocadores”. O vereador Gilson Antônio Marques: “e as empresas de ônibus da nossa cidade são mestres em pedir aqui no município para... Favorecimento na questão de segurança: ‘nós precisamos de segurança para trabalhar, tem buraco na estrada, tem assalto de madrugada, precisamos de segurança para trabalhar’. E a segurança deles, que eles têm que oferecer ao passageiro, onde que está ela? O cobrador, além de ser cobrador, ele é um segurança dentro do ônibus para o passageiro pessoa e para a vida do passageiro”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu fico imaginando uma pessoa idosa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “que muita das vezes o trocador sai do local dele, às vezes, até para ajudar ou um cadeirante ou uma pessoa idosa a entrar, a descer do ônibus, às vezes, a pessoa com alguma bolsa. Todo mundo já recebeu uma ajuda de um trocador na vida, não é? Ah, tem umas coisas que são um absurdo e essa empresa Via Ouro aí... Olha, um bom conselho para você, candidato aí ao Executivo, aos pretensos: reveja, coloca no seu programa de governo aí, rever o contrato com a Via Ouro que já, com certeza, já deve ter vencido porque... E se abrir uma licitação nova aí, com certeza, tem empresa de ônibus aí que vai prestar um serviço melhor”. O Senhor Presidente: “com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu já quero de antemão já agradecer a aprovação do projeto, pelas manifestações nós vamos ter a aprovação do projeto, não é? Então, dentro da nossa audiência pública, que nós fizemos, o efeito já está sendo... Já está surgindo efeito, não é? Não é isso? Não é? E eu tenho certeza que outras conquistas nós vamos ter com a nossa audiência pública, outras conquistas virão. Mas para os trocadores hoje



vai ser um dia especial”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Senhor Presidente seria nesse caso, agora, o vereador André Vieira, não é isso mesmo?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “isso, não foi passado, mas é”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu peço a palavra, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente André Luiz Vieira da Silva: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, como todos se manifestaram e, é lógico e evidente, eu, como autor desse projeto, eu vou fazer minha fala muito em cima da fala da vereadora Ângela Lima e chamo atenção para população de Nova Lima que nesse momento nos assiste, com toda certeza, e para todos que estão aqui hoje também nos prestigiando com a presença, que esse projeto, assim como a vereadora falou, ele é fruto da audiência pública. E me chama a atenção o fato de ser fruto da audiência pública que, às vezes, a gente ouve muito as pessoas falarem: ‘ah, o vereador é isso, é aquilo e tal’. Mas a partir do momento que a população começa a provocar o poder público, as coisas acontecem. Então, eu espero com muita fé, Senhor Presidente e senhores vereadores e o público também, que num futuro próximo, a gente possa ter outras ações que sejam fruto daquela audiência pública que a gente fez naquele dia. Tem uma pessoa que participou dessa audiência, que trouxe para a gente um documento, na minha opinião, muito rico, que tem a ver com o transporte, um circular no dentro da cidade e tal, e eu penso que, assim como o vereador André dizia da responsabilidade dos próximos prefeitos, eu penso que nós temos que colocar na pauta e na agenda pública de nossa cidade a questão da passagem desse circular no centro, uma pessoa que mora em Santa Rita, a exemplo do que falou o vereador Gilson Marques, e que precisa por exemplo, que trabalha lá no Posto do Jambreiro, ele tem que pagar dois... Se não pegar o ônibus de



Belo Horizonte, ele teria que pagar ônibus, duas passagens, quatro passagens no dia. E isso onera muito não só o trabalhador da nossa cidade, mas também as empresas que a gente tem na cidade, que deixam de ser competitivas em função desse preço exorbitante da passagem que a gente tem. Então, eu quero ressaltar e agradecer, com os votos dos nossos colegas por aprovarem esse nosso projeto, meu, do Leci, da vereadora Ângela, do vereador José Guedes, mas com a aquiescência de toda Câmara, eu quero dizer que é um fruto da audiência pública, que nós temos que trabalhar e continuar trabalhando para que aquelas demandas que surgiram que a gente possa fazer virar realidade, benfeitorias para a nossa cidade. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente André Luiz Vieira da Silva: “devolvo a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente. Questão de ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu quero aqui parabenizar Vossa Excelência, o vereador Silvânio, a vereadora Ângela Lima, o vereador Leci Campos e dizer que esse projeto dá trabalho aos trocadores, dá dignidade ao motorista e segurança aos passageiros, por isso eu voto a favor e estou com vocês sempre. Obrigado, Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, apesar de eu já ter falado muito e eu entendo isso e peço desculpas aos outros vereadores, eu penso que nós temos que fazer uma força tarefa aqui também, vereadora Ângela, porque a gente sabe que tem muitas leis que são sancionadas pela Casa e que, infelizmente, elas não são, de fato e de verdade, elas viram um benefício lá na frente. Então, eu penso que essa população que está aqui presente tem que nos ajudar a cobrar das empresas de ônibus, a cobrar do Poder Judiciário da nossa cidade o amplo funcionamento dessa lei, porque a simples criação da lei, é bom que todos saibam, a simples criação da lei não garante que



as empresas vão cumprir, infelizmente, isso é verdade. Então, eu penso que nós temos aqui uma grande força tarefa para frente para que esta lei vire, de fato, verdade”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só deixar bem claro que, nesse caso, a própria participação da população é importante, porque se ela chegar dentro do ônibus, do coletivo, e ela perceber que não tem... Uma vez aprovado, não é? Vai ser votado aqui e tem que ser sancionado ainda. Uma vez sancionado, dentro do prazo, se ela chegar e perceber que não tem o trocador, então, toda a tripulação lá, os passageiros, eles podem se manifestar e reivindicar, até chamar a polícia, não é isso? Então, é só deixar claro que a participação, nesse caso aí da lei, que vai atingir direto a população, eles vão ser obrigados sim a cumprir”. O Senhor Presidente: “eu não poderia me silenciar sobre o problema dos trocadores, eu já fiz dezenas de cobranças, principalmente sobre o problema dos trocadores. Quero dizer para o meu colega que nós fizemos a lei aqui, o senhor bem disse, sobre colocar grades nas janelas do ônibus, principalmente os ônibus escolares. Quanto tempo? Tem quase três anos e a prefeitura não tomou as providências. O senhor disse a coisa mais certa, não adianta fazer leis aqui nesta Casa, sendo que o prefeito não atua em cima das leis aprovadas aqui na Câmara. Não vou alongar mais, que eu já falei demais sobre isso. Os empresários, na sua maioria, só pensam no bolso. A passagem de Nova Lima é uma das passagens mais caras. Eles têm que botar a mão na consciência que as nossas ruas, as nossas estradas são as mais perigosas do Brasil. Então, só pensam em dinheiro e eu tenho informações que os ônibus estão em péssimo estado. A Câmara vai cobrar do prefeito ação porque a vida não tem preço. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Em sua segunda votação, em discussão,



em votação, encaminhado... Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Encaminhado à sanção. Terceira parte: discussão e votação de indicações, moções e requerimentos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de consultar os nobres vereadores, já que a gente tem três vereadores faltosos, eu tenho certeza que alguns vereadores aqui têm requerimentos, mas que pudessem, pelo adiantado da hora e pelo calor das discussões que a gente teve aqui hoje, que pudéssemos deixar esses requerimentos para a próxima reunião, se os vereadores concordarem, é lógico e evidente”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu sugiro que faça somente a leitura e votação, e não tenha discussão, uma coisa rápida”. O Senhor Presidente: “o vereador pediu a dispensa de todos os requerimentos, eu vou colocar em votação. Ele pediu para...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu agradeço, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “a dispensa de todos os vereadores. Os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Silvânio Aguiar permaneçam como estão. Então, aprovado por unanimidade. Quarta parte: apresentação de oradores, inexistente. Quero agradecer o meu amigo Thail pela homenagem que fez, essa semana, à minha mãe. Muito obrigado, meu amigo Thail”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.\_\_\_\_\_